

CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

Aos 27 dias do mês de setembro de 2017, às 09h00min na Sala de Reunião do Instituto de Previdência Social do Município de Betim – IPREMB, situado à Avenida Amazonas, 1354, 4º andar, Bairro Brasília – Betim reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Previdência – CMP, nomeados conforme o Decreto nº. 40850 de 31 de julho de 2017, dentre os quais: 1) Ellen Ises Mendes – titular representante do Poder Executivo e Presidente do CMP; 2) Lúcio de Oliveira Costa – titular representante do Poder Executivo; 3) Margareth Melo Rezende Butori – titular representante do Poder Legislativo; 4) Neirilan de Fátima Carvalho – titular representante do Poder Legislativo; 5) Marco Aurélio Gonçalves de Oliveira – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Administração (SINDSERB); 6) Adriana Correia de Queiroz – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAÚDE); 7) José Ivan Palma Souza – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE) e sua suplente Célia Cristina de Oliveira; 8) Mauro Silva Reis – titular representante dos servidores inativos e pensionistas e 9) Sérvio Tulio Sedin – titular representante dos servidores inativos e pensionistas. Pelo IPREMB o senhor Renato Diniz Lanza – Presidente; a senhora Camila Francisca Nolasco – Chefe da Divisão de Contabilidade; a senhora Isabela Lara Ferreira – Chefe da Unidade de Auditoria e Controle Interno; o senhor Rômulo Ernane Batista Silva – Chefe da Divisão de Investimentos; a senhora Helenice Quaresma Silva – servidora da Unidade de Auditoria e Controle Interno e a senhora Darlene Rocha Nunes Rodrigues que foi designada pelo Presidente para secretariar o Ato. A presidente do CMP Ellen Ises faz a abertura da assembleia e informa que a mesma tratará de uma explanação, feita pelos representantes do Ipremb, acerca dos números do Instituto no primeiro semestre de 2017 e fará uma comparação com o mesmo período dos exercícios anteriores. Pede licença, pois precisa se retirar para participar de outra reunião para a qual foi convocada à última hora, com representantes dos servidores do quadro setorial da Educação, na Prefeitura Municipal de Betim – PMB, no mesmo horário desta, e se compromete a retornar conforme andamento da referida reunião. O Presidente do Ipremb Renato comunica que a reunião está sendo gravada em imagem e áudio. Passa a palavra para a Chefe de Divisão de

Contabilidade Camila que apresenta o balancete referente ao mês de agosto de 2017. Lembra que os mesmos foram disponibilizados aos conselheiros por e-mail e é possível consulta-los também no site do Instituto no Portal da Transparência. A receita do mês de agosto de 2017 foi de aproximadamente R\$24.402.000,00 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e dois mil reais), divididas principalmente, em receitas de contribuições do servidor, contribuição patronal, inativos e pensionistas, parcelamentos e receita patrimonial. O conselheiro Sérgio Túlio pergunta se a receita apresenta um valor constante. A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila esclarece que varia mês a mês, mais precisamente a Receita Patrimonial de Investimentos que oscila conforme o mercado. Acrescenta que a PMB está em dia com suas obrigações. A conselheira Margareth pergunta qual a quantidade de servidores contabilizados no repasse patronal. A Chefe de Divisão de Contabilidade Camila responde que em torno de 12 (doze) mil servidores incluídos Prefeitura, Câmara, Funarbe e Ipreamb. A conselheira Margareth reclama que muitos servidores não receberam o PIA – Programa de Incentivo à Aposentadoria. O Presidente do Ipreamb Renato esclarece que o PIA é um programa da PMB. O Instituto não tem controle do número de servidores que tem direito ao mesmo, pois são vários os requisitos para a aquisição do benefício, entre eles o direito à aposentadoria que é analisada pelo Ipreamb. Ressalta que o PIA gera impacto na despesa com a folha de pagamento. O conselheiro José Ivan completa que o processo de designação para contratação de pessoal é prejudicial ao Instituto. O Presidente do Ipreamb Renato ressalta que o ideal seria a realização do concurso aumentando o número de contribuintes, evitando chegar a fração de número de servidores ativos inferior ao número de servidores inativos. Continuando a apresentação do balancete, a Chefe de Divisão de Contabilidade Camila informa que as despesas do mês de agosto de 2017 foram de aproximadamente R\$9.871.000,00 (nove milhões oitocentos e setenta e um mil reais). Observa que a maior despesa é com a folha de pagamento. Ainda assim, é possível verificar um superávit para o referido mês. O relatório bancário mostra o saldo do mês anterior e o saldo do mês atual, agosto de 2017. A conta aplicação fechou julho de 2017 em aproximadamente R\$1.039.000.000,00 (hum bilhão e trinta e nove milhões de reais) e fechou agosto de 2017 em aproximadamente R\$1.055.000.000,00 (hum bilhão e cinquenta e cinco milhões de reais). A conta movimento apresenta saldo, para o mês de agosto de 2017, de aproximadamente R\$11.000,00 (onze mil reais). O conselheiro Sérgio Túlio pergunta se este superávit tem capacidade de arcar com as despesas ao longo de 20 (vinte) anos. O Presidente do Ipreamb Renato diz que no próximo ano com o novo cálculo atuarial será possível apresentar uma resposta mais precisa. Passa-se a

palavra para o Chefe da Divisão de Investimentos e Presidente do Cominv, Rômulo, que apresenta a carteira de investimentos referente ao mês de julho de 2017. Comenta que o valor final de aplicação para o mês de julho de 2017 foi de aproximadamente R\$1.039.000.000,00 (hum bilhão e trinta e nove milhões de reais) dividido em duas classes de rendimento: renda fixa 82,09% (oitenta e dois vírgula zero nove por cento) e renda variável 17,91% (dezessete vírgula noventa e um por cento). Mostra uma tabela contendo as modalidades de aplicações e enquadramentos, limites de percentual permitidos na Resolução CMN nº. 3922/2010 e percentual aplicado pelo Instituto. Explica que a legislação não permite o desenquadramento de forma ativa, ou seja, em uma modalidade cujo limite é 15% (quinze por cento) se aplicar 16% (dezesseis), ao contrário do desenquadramento passivo, quando o limite é ultrapassado devido ao rendimento do fundo. O conselheiro Sérgio Túlio pergunta se o gerenciamento da carteira é feito de forma mista. O Presidente do Cominv Rômulo responde que ainda não é feito de forma mista. A conselheira Margareth pede posição sobre a autorização de alterar a renda variável. O Presidente do Cominv Rômulo esclarece que na verdade a autorização foi para implantar a gestão de carteira administrada. Quanto aos percentuais de aplicações, o Comitê decidiu não criar limites fora dos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº. 3922/2010, pois acredita que os limites são suficientes para uma boa gestão dos recursos. A conselheira Margareth pergunta se a alteração é feita por portaria, se é preciso um ato administrativo formalizando a situação. O Presidente do Cominv Rômulo responde que a alteração é publicada no Órgão Oficial e posteriormente enviada para a Secretaria de Previdência. Seguindo a explanação da carteira, apresenta um quadro descritivo dos valores das aplicações, onde se percebe os valores de renda fixa, aproximadamente R\$853.260.000,00 (oitocentos e cinquenta e três milhões, duzentos e sessenta mil reais) e renda variável, aproximadamente R\$186.203.000,00 (cento e oitenta e seis milhões, duzentos e três mil reais). O aumento do limite de renda variável permite uma gestão mais arrojada, porém, por mais que o mercado indique aplicações em ações, o Comitê é cauteloso ao fazer as migrações dentro de seu portfólio. Apresenta também um gráfico de rentabilidade mensal, onde é possível observar a meta esperada e a meta alcançada. Nele é possível observar ainda que em todos os meses do corrente ano, no acumulado, a meta alcançada ultrapassou a meta esperada. O conselheiro Lúcio pondera que a economia melhorou. O Presidente do Cominv Rômulo acredita que a liberação do FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço contribuiu para o aquecimento da economia. Ainda assim, o centro da meta da inflação para 2018 gira em torno de 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) e o piso deve ficar em

3,0% (três por cento). Por mais que o Governo tenha tomado medidas para acelerar a economia a taxa da inflação é inferior ao piso, no acumulado em 12 (doze) meses. A taxa de juros em queda é essencial para estimular a economia gerando um movimento positivo, uma vez que as maiores empresas vivem de captação de capital, ou seja, financiamentos que são utilizados para investir na estruturação. As formas de pagamento dos contratos financeiros se tornam mais viáveis e atrativas para as grandes empresas. A rentabilidade atual se beneficiou, em especial, pelos bons resultados da renda variável, principalmente. Ainda assim migrar para renda variável não é garantia de alcance de meta. O mercado é muito volátil. A carteira administrada permite exatamente verificar as condições dando maior abertura para o gestor de movimentar os ativos de forma mais ágil e precisa. A conselheira Margareth pergunta se há fundos de renda fixa e renda variável que não batem meta e pede posição sobre os fundos relacionados ao shopping e plantação de eucaliptos, se ainda estão em baixa. O Presidente do Cominv Rômulo diz que tanto em renda fixa quanto em renda variável há fundos que não bateram meta, exatamente pela volatilidade. Acrescenta que o portfólio contempla 64 (sessenta e quatro) fundos. A dinâmica da carteira é tentar trabalhar o que está em alta com o que está em baixa, alcançando ao final um resultado positivo. Exemplifica que a renda variável rendeu, em determinado mês, 6% (seis por cento) enquanto a renda fixa atingiu 0,3% (zero vírgula três por cento). Os fundos de investimentos em participações e fundos de investimentos imobiliários são fundos estruturados. O fundo Ático Florestal é um dos fundo em participações que não entregou a meta. Na época foi investido R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) e hoje os valores atingem R\$9.913.311,00 (nove milhões, novecentos e treze mil, trezentos e onze reais). Esta queda esta dentro do esperado, pois se retira capital para aplicar nos gastos com o investimento. Estes fundos tem prazo de maturidade. A conselheira Adriana pergunta em qual sentido a gestão mista contribui com o alcance da meta. O Presidente do Cominv Rômulo esclarece que todas as alocações em renda fixa apresentam caráter privado ou público. Os títulos públicos são uma forma de financiar o próprio Governo, sejam através de compra direta ou através de fundos que contemplam estes títulos. O capital internacional também investe nos títulos públicos do Brasil. Hoje o limite mínimo permitido para alocação na renda fixa para RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) é de 70% (setenta por cento), segundo a Resolução CMN nº. 3922/2010. Mesmo aumentando o índice de renda variável para 30% (trinta por cento), este percentual não é suficiente para segurar a provável baixa rentabilidade da renda fixa. A gestão mista trabalha os títulos de renda fixa de forma ativa, compra e venda, buscando melhor proveito. Presumi que até o final do presente

exercício a gestão mista seja efetivada. O conselheiro Mauro comenta que tem acompanhado notícias sobre os índices de altos recordes alcançados pelas bolsas de valores no Brasil. Pergunta se há alocações nesta modalidade. O Presidente do Cominv Rômulo diz que sim. Complementa que é um ambiente altamente incentivado a desenvolver. Os percentuais de aplicações da carteira são de 0,38% (zero vírgula trinta e oito por cento) e 6,96% (seis vírgula noventa e seis por cento). A bolsa atingiu 75 (setenta e cinco) mil pontos. Os bancos especulam que o limite de 80 (oitenta) mil pontos será ultrapassado. Especialistas consideram que há um represamento destes limites e que os mesmos serão abertos gerando um alto crescimento nos próximos anos. O conselheiro Mauro interpreta que a economia descolou da política. O Presidente do Cominv Rômulo concorda e diz que quando a agenda política influenciava a agenda econômica criavam-se barreiras que impediam muitas estratégias. A retomada do desenvolvimento econômico gera diagnósticos positivos. Voltando aos fundos estruturados, agora em relação ao shopping, esclarece que a logística é semelhante ao do fundo Ático Florestal. O gestor do fundo segue a estratégia de buscar montante de recursos para comprar galpões e transformá-los em shoppings. O fundo tem hoje um capital de cerca de R\$103.000.000,00 (cento e três milhões de reais). No período de maturação o fundo sofreu precificação que desvalorizou as contas em cerca de 50% (cinquenta por cento). O investimento foi realizado em 2013 e seu prazo final é 2023. Com a crise perde-se o poder de compra e este plano passa a ser delicado, pois o consumo foi reduzido. O conselheiro Mauro pergunta qual o ano de aplicação no fundo referente ao reflorestamento. O Presidente do Cominv Rômulo diz foi feita em 2012. A conselheira Margareth analisa que o fundo referente ao Shopping pode gerar uma desvalorização de 100% (cem por cento). O Presidente do Cominv Rômulo explica que mesmo com esta possibilidade não há como fazer resgate, pois o fundo finda em 2023. Acredita que para não contabilizar perda é necessário manter a expectativa de recuperação e alcance da meta. A conselheira Margareth comenta que gostaria de conhecer melhor o produto de cada fundo, suas características de forma mais transparente. O Presidente do Cominv Rômulo diz que elucidar sobre cada fundo perde-se o propósito da reunião. Saber estes detalhes é papel do Comitê. Mas se for de entendimento de todos os conselheiros, pode-se criar uma dinâmica de apresentação de 2 (dois) ou 3 (três) fundos a cada reunião. O Presidente do Ipremb Renato avisa que entrou em janeiro deste ano sem acesso a nenhum dado e arquivo referente aos fundos de investimentos. Com a criação da Divisão de Investimentos está sendo possível elaborar um histórico, mas há muita dificuldade em receber as informações. O Presidente do Cominv Rômulo diz que há

uma agenda para visitar todos os fundos estruturados, onde será registrado o andamento de todos estes fundos. A conselheira Margareth sugere que até dezembro seja enviado aos conselheiros um documento contendo data de início e fim de cada fundo. O conselheiro José Ivan lembra que na última reunião do CMP foram apresentados os valores de cada fundo e manifesta favorável ao acompanhamento de início e término dos mesmos. Aproveita para sugerir capacitação para os membros do Conselho. Diz que o debate a respeito do aeroporto tirou o foco do debate a respeito dos fundos que deram prejuízos. Fala que em 2012 a meta foi ultrapassada registrando IPCA+8% (oito por cento) e o esperado IPCA+6% (seis por cento). Muitos fundos tiveram uma ótima rentabilidade compensando os fundos com rentabilidade negativa. Acrescenta que discussão sobre os fundos não devem abordar só o olhar político, mas sim analisar sobre a ótica de conselheiro. Ressalta que o fundo Ático florestal tem prazo final para 2028 e acredita que o mesmo irá se recuperar. Quanto à bolsa de valores, comenta que a mesma está em alta e supõe que em breve começará a cair. A conselheira Margareth diz que a intenção não é julgar as gestões anteriores, mas compreender melhor os fundos. O conselheiro Mauro diz que nos 12 (doze) anos de Ipremb, no balanço geral, considerando a volatilidade ao longo dos anos, o resultado da carteira é propício. A conselheira Célia faz a comparação dos fundos estruturados com a construção de uma casa, no início se gasta o capital, após a conclusão, o imóvel é valorizado. O conselheiro José Ivan diz que em 2012, mesmo com o cenário econômico da época, foi positiva a gestão da carteira. Pensa que a gestão anterior poderia ter obtido um resultado mais vantajoso se houvesse feito mais investimentos em renda fixa. Reforça que precisam ter uma visão para saber como, onde e quando investir em cada tipo de fundo. Mesmo com o perfil conservador deve-se ter um percentual da carteira aplicado em fundos com maior risco. O Presidente do Cominv Rômulo diz que quanto à capacitação dos conselheiros, tem buscado parceiros para ministrar cursos de iniciação financeira. Diz que quando se opta por fazer um investimento, o mesmo passa por um crivo considerando, entre outros fatores, a contribuição na economia do país. O curso ajuda a esclarecer como funciona o SFN – Sistema Financeiro Nacional. O conselheiro José Ivan comenta que não há como prever a volatilidade do mercado, exemplifica a bolsa de valores que estava em ascensão e entrou em decadência pós-delação. O Presidente do Cominv Rômulo acrescenta que o Comitê não tem apenas o propósito de gerar lucro, não possui um olhar técnico para tal. O Cominv é fundamentalista, sua preocupação principal é com a solvência. O estudo para fazer o investimento parte da avaliação da estrutura da empresa e não na atual posição de mercado que a empresa se encontra. O

conselheiro José Ivan completa que a avaliação não deve ser passional. Exemplifica a privatização da CEMIG. A conselheira Margareth solicita espaço para discussão sobre o aeroporto em Betim, quer saber se há alguma novidade. O conselheiro José Ivan solicita espaço para discussão sobre o processo de aposentação. Comenta que a aposentadoria retroage à abertura do processo e o pagamento sendo feito conforme a data de abertura gera mais ônus ao caixa do Instituto. O conselheiro Sérgio Túlio pergunta o porquê da mudança no afastamento preliminar. O Presidente do Ipremb Renato diz que a Prefeitura que definiu pela alteração na legislação pertinente. A conselheira Célia comenta que o argumento apresentado foi que alguns servidores se afastavam e depois verificava que os mesmos não tinham o direito a aposentadoria tendo que assim retornar ao trabalho para concluir o tempo faltante. O Presidente do Cominv Rômulo explica a logística rentável dos fundos estruturados, que são representados pela curva "J". Estes fundos são influenciados pela volatilidade do mercado. Estes fundos podem ser divididos em 2 (dois) momentos, investimentos e desinvestimento. Completa que se deve aproveitar o tempo oportuno, em geral as taxas de juros elevadas favorecem as aplicações em renda fixa, já as taxas de juros baixas favorecem as aplicações em renda variável. Em relação às bolsas de valores o Comitê estuda os índices de 75 mil pontos tentando avaliar se estes valores irão se sustentar ou crescer. Supõe que estes índices alcancem os 80 mil pontos ou mais. Informa a situação e possível ação que poderá ser adotada pelo Comitê em relação ao Fundo Aquila, que traz como produto aquisição de galpões para aluguéis, no Município de Queimados. Explica que o fundo foi criado com a intenção de utilizar estes galpões para armazenar materiais para atender a logística de distribuição dos mesmos. Com a crise muitos galpões estão fechados gerando resultados negativos. Mas com o aquecimento da economia presume-se que este quadro melhore. Não acontecendo, o comitê poderá decidir por buscar gestores capazes de repassá-lo a terceiros ou se possível efetuar o resgate. A conselheira Margareth pergunta qual valor e quando o capital foi aplicado no referido fundo. O Presidente do Cominv Rômulo responde que, agora, não sabe informar a data exata. Quanto ao valor tem cerca de R\$16,600.000,00 (dezesesseis milhões e seiscentos mil reais) aplicados. Passa-se a palavra para o Presidente do Ipremb Renato que irá expor um relatório com os números obtidos pelo Instituto no 1º semestre de 2017 e fazer um comparativo com o mesmo período dos anos anteriores. Começa falando sobre o Comprev que é a Compensação previdenciária entre os Regimes Próprios de Previdência Social e o Regime Geral de Previdência Social, gerido pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, que acontece quando o servidor averba tempo de contribuição para efeitos de

aposentadoria. Exibe a tabela referente à situação dos processos passíveis de Comprev. Atualmente há 971 (novecentos e setenta e um) processos em análise, 939 (novecentos e trinta e nove) indeferidos, devido a apresentarem alguma inconsistência (como por exemplo, apresentação de nome errado), retornando para correção e posterior reenvio. Há 366 (trezentos e sessenta e seis) aprovados, todos estes referentes ao ano de 2011. O INSS não realizou novas análises desde então, pois segundo o próprio órgão, faltam funcionários para fazê-las. O conselheiro Mauro pergunta se o Comprev é feito antes ou depois da aposentadoria. O Presidente do Ipremb Renato responde que após a aposentadoria. O conselheiro Mauro pergunta sobre as inconsistências e faltas de documentos que podem comprometer o recebimento. A senhora Darlene esclarece que lançando os processos passíveis de compensação dentro do prazo, após a aprovação, os valores da compensação são pagos retroagindo à data da aposentadoria, em um montante único e a partir de então é feito a pro rata mensal. O Presidente do Ipremb Renato apresenta a tabela com os valores compensados acumulados no ano de 2017. Explica que o montante é dividido entre PMB, referente às aposentadorias até 2005 e Ipremb. Demonstra tabela e gráfico contendo número de atendimentos e atividades realizadas pelo Serviço Social, acolhimento, oficinas, visita domiciliar entre outros. O monte mais expressivo é o atendimento telefônico. Comenta que foi firmada uma parceria com a Funarbe para contratar professores e ceder ao Ipremb para ministrar aulas de canto, dança, pintura, bordados e outras, dando assistência aos aposentados e pensionistas. Apresenta tabela e gráfico dos processos de aposentadoria abertos entre janeiro e agosto de 2017. Foram abertos 413 (quatrocentos e treze) processos, sendo o maior volume proveniente do quadro setorial da Educação, seguido por Saúde, Administração e Câmara. Mostra tabela e gráfico quantitativo de aposentadorias por cargo. Na Administração os números mais expressivos, em ordem decrescente, foram Auxiliar de Administração, Guarda Patrimonial, Serviçal e Oficial Administrativo. Na Educação, Professor PI-L, Professor PII, Agente de Serviços Escolares e Pedagogo. Na Saúde, Auxiliar de Enfermagem, Técnico de enfermagem e Enfermeiro. Apresenta tabela e gráfico das aposentadorias efetivamente concedidas de janeiro a agosto de 2017. Total de 219 (duzentas e dezenove) aposentadorias, sendo 140 (cento e quarenta) do quadro da Educação. O conselheiro Sérgio Túlio pergunta quantos servidores compõem o corpo do Ipremb. O Presidente do Ipremb Renato responde que 54 (cinquenta e quatro). Este número é insuficiente para atender a crescente demanda. Lembra, que em relação às aposentadorias, não é porque o processo foi aberto que o mesmo será concedido. Alguns processos demoram mais tempo do que

o habitual para serem concluídos, geralmente por falta de documentos suficientes para a instrução. Exibe tabela e gráfico dos tipos de aposentadorias concedidas conforme cada quadro setorial. A conselheira Margareth pede a quantidade de servidores que tem direito ao PIA. O Presidente do Ipreamb Renato diz que não tem os números, pois o controle é feito pela PMB. Continuando a explanação dos tipos de aposentadoria, mostra que o número mais significativo é das aposentadorias voluntárias por tempo de contribuição em todos os quadros setoriais. Chama a atenção para o número de aposentadoria por invalidez no quadro setorial da Saúde. Exemplifica que no município de Joinville há adequação de função reduzindo o número de aposentadorias por invalidez. Completa que está conversando com a Prefeitura de Betim para alterar a legislação municipal de forma a permitir a adequação de função. Comunica que a Dr^a. Elzilane foi cedida para o Ipreamb e ficará encarregada da perícia médica que convocará todos os servidores aposentados por invalidez para uma nova avaliação. O conselheiro José Ivan comenta que o número de aposentadorias por invalidez reduziu significativamente nos últimos anos. Acha complicado retornar os servidores aposentados ao trabalho. Ressalta que o processo admissional deveria ser mais rigoroso. O conselheiro Lúcio diz que o SESMT deve ser modernizado. A conselheira Célia fala que o município deveria implantar uma política de saúde do trabalhador que iria impactar na redução das aposentadorias por invalidez. O conselheiro José Ivan lembra que inicialmente, conforme legislação municipal da época, o auxílio doença era um benefício de responsabilidade do Ipreamb, mas sempre ficou a encargo da PMB, tanto que a legislação foi alterada passando oficialmente o benefício para a Prefeitura. Atualmente o auxílio doença está sendo discutido para retorná-lo ao Ipreamb. O Presidente do Ipreamb Renato comenta que se isto acontecer como consequência haverá aumento do valor da alíquota patronal. Continuando a exposição do relatório, apresenta tabela e gráfico dos valores gastos com folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas no período de janeiro a agosto de 2017. Nestes 8 (oito) meses observou-se um aumento de aproximadamente R\$1.000.000,00 (hum milhão de reais). Dois fatores influenciaram consideravelmente: PIA e reforma da previdência. No mês de julho o aumento do valor justifica-se pelo pagamento do 13º (décimo terceiro) salário. Apresenta também tabela e gráfico comparativos das despesas com folha de pagamento dos servidores ativos do Ipreamb. A economia em relação ao mesmo período do ano anterior foi de aproximadamente R\$ 217.000,00 (duzentos e dezessete mil reais). O número de servidores aumentou com a criação de 2 (duas) funções gratificadas, Ouvidoria e Divisão de Investimentos, mas ainda assim houve economia. A conselheira Margareth

comenta que os salários de cargos comissionados são baixos comparados aos valores pagos pelos demais municípios da região. O conselheiro José Ivan acrescenta que os cargos efetivos do município também são mal remunerados, exemplifica o caso do professor. O Presidente do Ipream Renato mostra tabela e gráfico comparativos dos valores gastos com hora extra no período de janeiro a agosto de 2016 e o mesmo período de 2017. Economia de aproximadamente R\$11.000,00 (onze mil reais). Nos mesmos períodos observa-se também economia com as diárias de viagens cerca de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). O Presidente do Ipream Renato apresenta tabela e gráfico com os valores recebidos através de repasses de contribuição patronal, contribuição do servidor, cedidos e licenças sem vencimento, repasse da PMB e parcelamentos. Comenta que a Prefeitura não tinha condições de honrar suas dívidas, após a negociação de um novo parcelamento com valores pagáveis a PMB está em dia com suas obrigações deixando o Ipream em uma situação superavitária. Sobre a Carteira de Investimentos, mostra gráfico que aponta que ao final do mês de julho de 2017 o Ipream ultrapassou em 47,07% (quarenta e sete vírgula zero sete por cento) a meta atuarial. No mês de maio houve queda no percentual de rendimentos devido aos escândalos envolvendo a JBS, mas a rentabilidade positiva dos demais meses seguraram a meta acumulada. A mudança na carteira contribuiu significativamente com o bom desempenho dos meses de junho e julho de 2017. Comparando o 1º (primeiro) semestre dos últimos 3 (três) anos, com o 1º (primeiro) semestre de 2017, os anos de 2014, 2015 e 2016 não se alcançou a meta, diferente de 2017 que teve a meta superada. O conselheiro Sérgio Túlio pergunta qual é a meta. O Presidente do Cominv Rômulo responde que a meta é estipulada a partir do cálculo atuarial e representa IPCA+6% (seis por cento) em 2017. O Presidente do Ipream Renato diz que o não alcance da meta tem como consequência o aumento do déficit técnico atuarial. A conselheira Célia comenta que a falta de repasse da PMB também contribuiu com os baixos valores alcançados nos anos anteriores. O Presidente do Ipream Renato diz que a meta para 2017 é de 9,9% (nove vírgula nove por cento). A expectativa é obter 14,56% (quatorze vírgula cinquenta e seis por cento). Lembra que nos anos anteriores a administração da carteira concentrava-se em 1 (um) único servidor. Hoje há um caráter mais profissional com a criação da Divisão de Investimentos. O Presidente do Cominv Rômulo acrescenta que se em 2016 tivesse investido em renda fixa os valores seriam melhores. O Presidente do Ipream Renato pede ao conselheiro José Ivan, ex-Diretor Executivo do Ipream, os números referentes a carteira dos anos de 2012 para trás, tendo em vista não haver arquivos contendo informações de anos anteriores. A conselheira Margareth informa que tem

os números e irá disponibilizá-los. O Presidente do Ipream Renato mostra a certificação de cada membro do Comitê de Investimentos, encerrando sua apresentação. A conselheira Margareth pergunta se há novidades em relação ao aeroporto e a avaliação do imóvel. O Presidente do Ipream Renato responde que em relação ao aeroporto o prefeito Vittorio Medioli informou que não haveria investimento público. Até o momento o Instituto não foi consultado sobre o assunto. Quanto à contratação da empresa para realizar o serviço de avaliação do imóvel destinado a sediar o Instituto, informa que até o dia 30 de setembro de 2017 será publicado no órgão oficial, o edital para contratação da mesma. O conselheiro José Ivan pergunta sobre questões relativas a aposentação. O Presidente do Ipream Renato responde que conversou com a Procuradoria Geral do Município e a Superintendência de Recursos Humanos, mas não houve retorno. Encerra-se a reunião. Sem nada mais a acrescentar, segue com a presente Ata para registro e assinatura dos presentes.

Lúcio de Oliveira Costa – titular representante do Poder Executivo

Margareth Melo Rezende Butori – titular representante do Poder Legislativo

Neirilan de Fátima Carvalho- titular representante do Poder Legislativo

Marco Aurélio Gonçalves de Oliveira - titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Administração (SINDSERB)

José Ivan Palma Souza - titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE)

Célia Cristina de Oliveira - suplente representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE)

Adriana Correia de Queiroz – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAÚDE)

Mauro Silva Reis – titular representante dos servidores inativos e pensionistas

Sérvio Tulio Sedin – titular representante dos servidores inativos e pensionistas.

Representantes do IPREMB

Renato Diniz Lanza – Presidente do Ipremb

Rômulo Ernane Batista Silva - Chefe de Divisão de Investimentos e Presidente do Comitê de Investimentos – Cominv

Camila Francisca Nolasco – Chefe de Divisão de Contabilidade

Isabela Lara Ferreira - Auditora e Controle Interno

Helenice Quaresma Silva – Servidora da Unidade de Auditoria e Controle Interno

Darlene Rocha Nunes Rodrigues - Secretária para o ato.